

Dossiê: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.48392>

As crenças e valores de Getúlio Vargas e seus informantes na política externa brasileira antes da Segunda Guerra Mundial

The Beliefs and Values of Getúlio Vargas and his Informants in Brazilian Foreign Policy before the Second World War

Las creencias y valores de Getúlio Vargas y sus informantes en la política exterior brasileña antes de la Segunda Guerra Mundial

Filipe Queiroz de Campos*

<https://orcid.org/0000-0001-8820-9957>

RESUMO: O artigo investiga os impactos das crenças e valores de Getúlio Vargas e de seus informantes no processo de formulação da política externa brasileira, sobretudo nos “bastidores da diplomacia”, entre 1934 e 1937. A investigação inspira-se nas propostas da História Transnacional e na Teoria das Elites, para analisar como o conjunto de crenças e valores do presidente e de sua elite de informantes relacionaram-se a decisões estratégicas e práticas diplomáticas confidenciais. A análise demonstra como a rede de informantes operava nos bastidores da diplomacia, oferecendo uma leitura não tradicional das relações exteriores brasileiras que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. Política externa. História Transnacional. Segunda Guerra Mundial. Elites políticas.

ABSTRACT: The article investigates the impact of the beliefs and values of Getúlio Vargas and his informants on the formulation of Brazilian foreign policy, especially in the “backstage of diplomacy,” between 1934 and 1937. The research is inspired by the approaches of Transnational History and Elite Theory to analyze how the set of beliefs and values held by the president and his elite group of informants influenced strategic decisions and confidential diplomatic practices. The analysis shows how this network of informants operated behind the scenes, offering a non-traditional perspective on Brazil’s foreign relations in the years leading up to the Second World War.

* Doutor em História Política pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com ênfase em História das Relações Internacionais, mestre e graduado em História pela mesma universidade. Em estágio pós-doutoral pela UFRJ e pela UNIFESP, professor substituto na UFJF, autor dos livros *Os informantes de Getúlio Vargas e a política externa brasileira (1930-1945)*, *Diplomacias Secretas: o Brasil na Liga das Nações* e *Uma Pátria no Lugar de Deus? Os Conceitos de Secularização e Laicização na Constituinte de 1890-1891*. E-mail: filipeqc@hotmail.com

Keywords: Getúlio Vargas. Foreign policy. Transnational history. Second World War. Political elites.

RESUMEN: El artículo investiga los impactos de las creencias y valores de Getúlio Vargas y sus informantes en el proceso de formulación de la política exterior brasileña, especialmente en los “bastidores de la diplomacia”, entre 1934 y 1937. La investigación se inspira en los enfoques de la Historia Transnacional y la Teoría de las Élite para analizar cómo el conjunto de creencias y valores del presidente y su élite de informantes influyó en decisiones estratégicas y prácticas diplomáticas confidenciales. El análisis demuestra cómo esta red de informantes actuaba tras bambalinas, ofreciendo una interpretación no tradicional de las relaciones exteriores brasileñas que precedieron a la Segunda Guerra Mundial.

Palabras clave: Getúlio Vargas. Política exterior. Historia transnacional. Segunda Guerra Mundial. Élite políticas.

Como citar este artigo:

Campos, Filipe Queiroz de. “As crenças e valores de Getúlio Vargas e seus informantes na política externa brasileira antes da Segunda Guerra Mundial”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 08-31.

Introdução aos informantes do presidente

Era 1932, Getúlio Vargas já havia chegado ao poder pela força, por meio da parceria entre a Aliança Liberal e os tenentistas (Fausto 1995). Desde o início do processo que levou a queda de Washington Luís, Vargas constituiu uma rede de informantes fora do Brasil, que atuou na Argentina, Paraguai e Uruguai. Homens como Lindolfo Collor (Collor 1930) Orlando Leite Ribeiro (Ribeiro 1933) e Oswaldo Aranha (Aranha 1930) eram gaúchos que se exilaram no exterior e cuidaram de um elemento fundamental para a derrubada do presidente paulista: o financiamento e armas vindos do exterior. Já no poder, no chamado Governo Provisório, Vargas passou a enfrentar a resistência de São Paulo ao seu governo. Nesse contexto, a rede de informantes não foi desmantelada, mas, sim, continuou a ser útil e foi robustecida não apenas para combater opositores, mas também para a execução da política externa do novo presidente nos “bastidores da diplomacia”.

Naquele ano de 1932, Getúlio Vargas leu a carta de seu informante confidencial nos EUA, Paulo Germano Hasslocher sobre a Guerra Civil Paulista contra o governo federal. O informante escreveu que o principal responsável pelas articulações entre brasileiros e estadunidenses em apoio aos paulistas era o diretor da Faculdade Fluminense de Medicina, Manoel José Ferreira, que estava vivendo uma temporada nos EUA. Ferreira esteve em contato com W.P Brown e E.H Ligget,

fornecendo dinheiro para rebeldes no Brasil (Hasslocher 1932). Ao longo da guerra civil, o informante foi a principal fonte internacional de Vargas sobre o conflito, monitorando dinheiro e armas dos rebeldes em solo estadunidense. Após o conflito, Vargas destinou a missão a Hasslocher de continuar repostando a ele os detalhes sobre o cenário internacional. O presidente dava, portanto, confiança e prestígio ao que Hasslocher dizia.

Em 1933, Hasslocher escreveu muito alarmado: “Getúlio, a crise de superprodução, o abuso do crédito agravado pelas dívidas de guerra e pelas barreiras alfandegárias, mais as lutas de partidos na Europa, as guerras e as revoluções na América do Sul estão levando o mundo para verdadeiro caos” (Hasslocher 1933), ele descrevia que após a falência do banco de Michigan, houve um efeito dominó na falência de bancos. Diante da crise, a Argentina estava buscando se afastar do dólar, investindo na compra de outras moedas. Aconselhou Vargas a não se distanciar dos EUA, para garantir que a hegemonia na América do Sul fosse brasileira. Além disso, relatou: “Por toda parte se pedem ditaduras e aqui mesmo, no berço do Governo Representativo, pretende-se dar ao presidente poderes discricionários. A salvação do povo é a suprema lei” (Hasslocher 1933, 2).

Para Hasslocher, o futuro dos EUA era de um “presidencialismo forte”, e o Brasil estava na contramão das transformações internacionais com os apelos pela redemocratização. Escreveu: “Quer melhor paradoxo do que o discurso inaugural do Presidente Roosevelt que, eleito num pleito memorável de agitação democrática, começa por pedir a concentração de todos os poderes em suas mãos para o bem da pátria?” (Hasslocher 1933, p.3).

O informante dava certeza a Vargas de que se o Brasil permanecesse no “regime de representação”, estaria desalinhado das tendências internacionais. Insistiu:

A desorganização em que está o mundo é o resultado da vitória da massa. É o predomínio de todos sem a responsabilidade de ninguém. O que se deu na Itália foi a vitória de Mussolini sobre a multidão alucinada e também o que se está dando na Alemanha em torno de Hitler. Nos EUA, estão procurando ver em Roosevelt o ditador (Hasslocher 1933, 3-4).

Germano terminou dizendo que o próprio adversário de Roosevelt, Hoover, concedeu entrevista dizendo que todos “devem cerrar fileiras em torno” de Roosevelt, diante da gravidade do momento. Naquele mesmo ano, outro informante trocava cartas diretamente junto a Vargas, era Valentim Fernandes Bouças, que, a pedido do presidente, também enviava suas impressões sobre a realidade dos EUA (Bouças 1933).

Ele aconselhava que Vargas adiasse ao máximo as eleições de 1934 e impedisse que o congresso fosse recriado no Brasil. Narrou que se o Brasil fosse uma democracia, o governo teria que negociar com o Congresso enquanto bancos seriam fechados e faltariam os recursos. O resultado disso é que o Congresso, na visão de Bouças, teria que votar poderes excepcionais ao presidente. “Para quê, nesse momento, vamos nós criar essa caríssima máquina?” Completou: “o

exemplo dos EUA deveria servir de grande lição ao nosso povo. Mais uma vez afirmo a v.exc: perder a oportunidade da ditadura (...) seria imperdoável” (Bouças 1933, 2-3). Mas quem eram esses homens que Vargas pedia para prestar serviços de informação?

Germano Hasslocher, o pai, foi um destacado político, advogado e jornalista gaúcho, servindo como deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre 1900 e 1911. Germano Hasslocher Filho teve uma carreira marcada por forte atuação política e intelectual, sendo conhecido por sua postura anticlerical e por suas contribuições ao jornalismo e à literatura brasileira. Ele se tornou diplomata com laços políticos com a família Vargas, contava também com a amizade de Aranha (Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, n.d., verbete “Cascardo, Hercúlio”). Hasslocher foi escolhido por Vargas para investigar a política nos EUA até o fim da gestão de Getúlio em 1945. A pedido de Vargas, ele monitorou os passos do próprio Oswaldo Aranha durante anos. Durante os últimos momentos da Segunda Guerra Mundial, Hasslocher concluiu que Aranha abusava de sua autoridade para alcançar projetos próprios e, não raras vezes, sua intenção era a de limitar o poder de decisão de Getúlio Vargas (Hasslocher 1945, 1).

Em 1917, Valentim Bouças tornou-se representante no Brasil da International Business Machines Corporation (IBM), mas também fundou a Companhia Serviços Hollerith, que passou a alugar máquinas da IBM no Brasil, usadas na imprensa e na máquina pública brasileira. No governo de 1930, ele se destacou como analista das dívidas do Brasil, e Oswaldo Aranha desenvolveu relações de confiança com Bouças, recrutando-o para representar o serviço brasileiro de reavaliação das dívidas do país em Washington (Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, n.d., verbete “Valentim Bouças”).

Pelas cartas que Vargas trocou junto a esses dois, fica claro que o presidente confiava na visão de mundo que eles tinham. Diante das interpretações dos informantes do presidente, cabe uma pergunta: qual o impacto dessas crenças na política externa brasileira?

Entre 1930 e 1945, Vargas gestou 51 informantes, pessoas que forneciam a ele não apenas um quadro geral de suas percepções sobre a política internacional, mas que também atuaram em missões nos “bastidores da diplomacia”. Vargas interessava-se pelas interpretações de seus informantes, isso podemos dizer, porque classificamos como informantes apenas aqueles que trocaram cartas com frequência ou escreveram sobre essas trocas frequentes, demonstrando ter a atenção e executar missões junto a Vargas ao longo do tempo. Personagens que apenas enviavam cartas em busca de interesses pontuais ou que não tinham a atenção de Vargas não foram contabilizados.

Entre 1930 e 1945, como explica Sergio Danese, Vargas inaugurou uma “diplomacia presidencial” (Danese 2017), com visitas mais constantes a outros países e forte protagonismo

internacional. A novidade investigativa em tela, contudo, é qual foi o papel das crenças de Vargas e de seus informantes no protagonismo que o presidente exerceu nos “bastidores da diplomacia”, não apenas da brasileira, mas também no âmbito de vários outros países. Houve trocas de percepções de mundo entre o presidente e elites no exterior, então como essas interpretações afetaram a prática da política externa?

Os informantes eram jornalistas, diplomatas militares, empresários ou amigos que compunham elites daqueles tempos que tiveram acesso ao poder. O conjunto de crenças dessa elite encontrava eco nas crenças do próprio Vargas, como demonstraremos. Compreender a importância da crença dessas elites é um exercício de investigação importante que nos leva a trocas transacionais de valores e interpretações sobre os tempos que antecederam a Segunda Guerra Mundial. Estudamos as crenças desses atores políticos, por meio de um aporte metodológico que nos permite compreender os informantes como elites políticas, bem como permite-nos compreender o estudo do serviço dos informantes do presidente como um exercício de História Transnacional.

Abordagens metodológicas

Francisco César Alves Ferraz e Vinícius Mariano de Carvalho (Ferraz 2024) apontam que o crescimento dos estudos sobre a América Latina na Segunda Guerra Mundial tem incorporado novas abordagens. Entre as tendências atuais, chama a atenção a proposta de Andrew Buchanan e Ruth Lawlor (Buchanan 2024) ao proporem uma redefinição espacial e temporal da Segunda Guerra Mundial. Para os autores, o conflito deve ser entendido não apenas como um episódio bélico entre 1939 e 1945, mas como parte de um processo mais amplo que se inicia com a invasão da Manchúria em 1931 e se estende até o fim da Guerra da Coreia, em 1953.

Essa perspectiva permite analisar a Segunda Guerra como catalisadora de múltiplas crises — econômicas, políticas, sociais e culturais — que já vinham se acumulando desde o entreguerras, como a crise de 1929, a instabilidade do Sistema de Versalhes e os temores de revoluções sociais (Buchanan e Lawlor 2024, 31).

Logo em 04 de janeiro de 1934, o general Góes Monteiro, ainda antes de assumir o cargo oficial de Ministro da Guerra, que o fez no dia 18, enviou um relatório robusto a Vargas indicando porque o Brasil deveria se preparar urgentemente para uma guerra mundial. Ele afirmou: “os preparativos para uma conflagração internacional prosseguem febrilmente” (Monteiro 1934, 15-16). Ele entregou um relatório que descrevia a Vargas os passos que julgava mais importantes para o Brasil se preparar para um conflito mundial que, segundo ele, era apenas uma questão de tempo para acontecer. Para Hasslocher, Bouças e Monteiro, a dimensão internacional exigia que Vargas

instalasse uma ditadura no Brasil como reação mais adequada. Para a compreensão da política externa de Vargas, essas crenças importam, eram homens que o presidente queria ouvir.

Por isso, propomos analisar a perspectiva dos informantes de Getúlio Vargas e do próprio presidente por meio da proposta de Lawlor e Buchanan, que não se pretende teleológica, ou seja, não é uma tentativa de “enxergar a Segunda Guerra antes do conflito em si acontecer”, mas perceber que os contemporâneos da década de 1930 compartilhavam a interpretação de que uma nova guerra mundial era iminente. Dessa maneira, investigamos as crenças dos informantes e do presidente e, para isso, apoiamo-nos no valor que Wright Mills (2019) e Robert Dahl (1997) conferem às crenças das elites.

A Teoria das Elites emergiu como crítica ao ideal democrático de participação igualitária, oferecendo uma perspectiva mais realista, e muitas vezes pessimista, sobre o funcionamento do poder nas sociedades modernas. Três autores fundadores — Vilfredo Pareto (1916), Gaetano Mosca (1923) e Robert Michels (1911) — formularam teses que, embora distintas, compartilham uma convicção comum: o poder está concentrado inevitavelmente nas mãos de uma minoria. Mais tarde, C. Wright Mills, em *The Power Elite* (1956), deu novas formas à essa análise ao relacionar elites econômicas, políticas e militares, sublinhando a importância dos seus valores e visões de mundo como elementos-chave da dominação.

Wright Mills buscou tratar os valores da elite como uma categoria analítica central. A unidade dessa elite é garantida pela homogeneidade de sua formação social: frequentam as mesmas escolas, participam das mesmas organizações e compartilham uma mesma cultura de classe. Esses valores influenciam diretamente as decisões políticas, militares e econômicas, afetando toda a sociedade. Para Mills, os valores da elite não são apenas instrumentos de legitimação, como em Pareto e Mosca, mas constituem uma estrutura ideológica que guia o próprio exercício do poder.

O enfoque na crença dessas elites nos importa enquanto inspiração metodológica. Em sua obra clássica *Poliarquia*, publicada em 1997, Robert Dahl defende: “o que acontece com o beisebol e o críquete acontece na política: aquilo em que acreditamos influencia não só o que queremos que aconteça, mas também o que efetivamente pensamos que acontece” (Dahl 1997, 128). Além disso, ele explica: “Este enfoque não significa que as crenças presentes nas camadas menos influentes sejam irrelevantes, mas apenas que uma abordagem mais consistente pode ser feita tratando-se das crenças da camada politicamente mais atuante” (Dahl 1997, 129).

Analisando a rede de informantes de Vargas pela perspectiva do que propõe Robert Dahl, compreendemos que o conjunto de crenças do presidente e de seus informantes sobre o mundo de sua época importa para investigarmos a maneira pela qual ele operou a sua política externa. O

presidente, de fato, era parte da elite, mas por que os informantes do presidente comporiam uma elite?

A definição de elite proposta por Wright Mills é posicional, uma vez que os membros da elite seriam definidos de acordo com as posições de mando ocupadas, e institucional, pois as posições de mando o são por pertencerem às instituições mais importantes da estrutura social do país. Nas palavras do autor

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam (Mills 1982,12).

Tomamos, portanto o conceito de “elites do poder” de Mills para elencarmos alguns informantes-chave entre 1934 e 1937 que não apenas enviaram ao presidente suas impressões sobre a realidade da política internacional, mas atuaram em nome de Vargas, mesmo que de maneira velada, para praticar projetos em consonância às suas crenças e valores. Oswaldo Aranha é o primeiro deles. Também gaúcho, compartilhava junto a Vargas os valores e crenças dos “revolucionários de 1930”. Também investigaremos

São pessoas que tinham uma posição privilegiada de acesso ao poder, Vargas se interessava por essa “elite na informação”. No que acreditavam? O que acreditavam teve alguma influência no que decidiu Vargas para a sua política externa?

Escolhemos o ano de 1934 como início da investigação, pois, ao estudar os arquivos de Oswaldo Aranha e de Getúlio Vargas, disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC, foi possível identificar que, apesar de o Brasil passar a viver um regime constitucionalmente democrático e o poder Executivo ser mais cerceado que no Governo Provisório, foi justamente a partir de 1934 que o número de informantes e as ações de Vargas nos “bastidores da diplomacia” mais se multiplicaram, sendo, portanto, um período mais profícuo para análise de crenças e ações dos informantes. Adotamos o ano de 1937 como fim da análise, por ser quando se inicia o Estado Novo, momento em que a dinâmica de relação entre Vargas e alguns de seus informantes muda, e o início do conflito mundial fica mais próximo, se distanciando de nossa proposta de análise, que se liga às tensões mais anteriores ao conflito em si.

Nessa análise, também nos interessa como esses “medos e angústias” dessa elite de informantes se relacionam com crenças já em circulação na política internacional da época, buscando contextualizar as estruturas de crenças desses agentes, por meio da importância que a História Transnacional confere às ligações entre o que é mais nacional e local e o que é mais macro e internacional.

As abordagens de história global e história transnacional emergem, segundo Sebastian Conrad (2019, 53), como uma crítica direta ao nacionalismo metodológico e ao eurocentrismo, pilares que sustentaram a historiografia tradicional centrada nos Estados-nação, como já salientava Sanjay Subrahmanyam (2017, 237). Ambas compartilham o objetivo de superar essas limitações, mas diferem em seus métodos, escalas e focos analíticos, como explicam Fábio Morales e Uiran Gebara da Silva (2020, 133).

A história global, conforme aponta Conrad (2019), tende a enfocar grandes processos de integração — econômicos, culturais e sociais — entre sociedades e regiões diversas, buscando entender as transformações estruturais globais. Nessa perspectiva, o historiador busca compreender processos de integração entre mercados, culturas e sociedades, tratando as conexões como evidências de dinâmicas transcontinentais amplas.

Por sua vez, a história transnacional concentra-se em fenômenos geograficamente mais limitados, atentando para as mobilidades, transferências e entrelaçamentos entre indivíduos, ideias, produtos e instituições. Ainda que vá além das fronteiras nacionais, não nega o papel do Estado-nação, mas o reinsere como um elemento ativo dentro de redes maiores (Conrad 2019).

Akira Iriye (2013), por exemplo, entende que a história transnacional estuda conexões internacionais a partir de agentes, redes e agendas que operam além das fronteiras, mas sem eliminar a nação como categoria de análise. Nesse sentido, a transnacionalidade reconhece a persistência da nação como “esfera fundamental de análise de processos”, como reforça também Barbara Weinstein, que vê nesse ponto a principal distinção entre o viés transnacional e o global (Weinstein, 2020).

É nessa perspectiva que nos interessa a proposta da História Transnacional como metodológica de análise: investigar os informantes de Getúlio Vargas permite-nos jogos de escalas entre crenças e valores locais. Identificavam-se como “revolucionários de 1930”, compartilhavam de uma “responsabilidade” de fazer continuar os ideais da revolução, mas também como gaúchos queriam fazer valer interesses e desejos estaduais relacionados a essas identidades, por meio da política externa. Essas crenças e valores entrelaçaram-se à apreciação de ideias fascistas ou totalitárias ou ao antiliberalismo em uma leitura brasileira das discussões internacionais.

A História Transnacional convida a analisarmos trocas, permutas dialéticas de valores e crenças. É essa a perspectiva que adotamos. Desenhar os traços desses entrelaces de crenças faz questionar limites estanques entre a política interna e externa, mas também cria, a partir de jogos de escalas entre o que é nacional e internacional, novas possibilidades analíticas.

Crenças de Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha

No citado relatório que Góes Monteiro enviou a Vargas em janeiro, o general lamentava o regime constitucional de 1934, e escreveu: “V.exc. não teve outro recurso senão apelar para o processo clássico do liberalismo moribundo, convocando a reunião da Assembleia Constituinte”. Argumentou que o Brasil apenas se manteve unido após a ocupação de Portugal, devido ao poder centralizador da monarquia, caso contrário teria se dividido “como fez a América Espanhola” (Monteiro 1934, 7). Com a República, o Brasil “se dividiu em regime regional-caudilhesco”, correndo o risco de se desintegrar. Por isso, para ele, a missão da “Revolução de 1930” era a de manter o país unido, e apenas uma ditadura faria isso. O que ele chamou de “estadualismo” teria um outro grande risco: deixar o Brasil totalmente despreparado para um conflito mundial, por isso lamentou que Vargas estava permitindo a “Revolução” perder seu fim principal.

Monteiro também explicou que, provavelmente, o novo conflito mundial começaria no oriente, com uma guerra imperialista entre União Soviética e Japão. Afirmou: “o estado de guerra é latente e as potências dos dois hemisférios preparam-se ativamente para a nova conflagração” (Monteiro 1934, 6-7). Como o Brasil deveria se preparar? Para ele, “Desde que o Brasil se encontre aparelhado para suportar uma guerra com a mais poderosa nação sul-americana” (Monteiro 1934, 7), estaria então apto a estar razoavelmente preparado ou seja, para Góes, a “política de guerra” do Brasil precisava ter o poderio da Argentina como base. Contudo, tanto a população brasileira era muito sensível a uma política aberta de preparação para a guerra, quanto a Argentina. Se Vargas reequipasse o Brasil de maneira visível, seria impedido antes de concretizar seus planos. O presidente, recomendava Monteiro, precisava trabalhar de maneira invisível.

Em um discurso a ser lido na constituinte de 1934, Getúlio Vargas escreveu sobre a nova constituição: “Ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina e confunde, a cada passo, as atribuições dos poderes da República”. Para ele, de forma geral, os outros poderes acabavam “invadindo o poder executivo” (Vargas 1934). Portanto, as preocupações de Monteiro fizeram coro com aquelas de Hasslocher e Bouças, que aconselhavam Vargas a uma ditadura como única maneira de salvaguardar o Brasil, mas também com as do próprio presidente. Ele governaria com uma constituição sobre a qual não concordava, preferia uma ditadura.

Sobre a “invisibilidade”, recomendada por Monteiro, também podemos encontrar eco nas crenças do presidente. Em carta para Oswaldo Aranha, preocupado com a Guerra do Chaco que se desenrolava, Vargas confessou ao amigo gaúcho:

Como sabes a preparação armamentista da Argentina tem derivado da nossa inepta loquacidade. Traçamos programas de preparação bélica e os enunciamos. Na previsão de tais programas, os argentinos executam a contrapartida e nós nos contentamos com as palavras. Assim foi no passado. É mister que o presente não o imite, para a garantia dum melhor futuro (Vargas 1934, 10).

Mesmo discordando da constituição, Vargas a aceitou temporariamente, mas no que diz respeito à política externa, encontrou maneira de agir “nas sombras”. Vamos observar que Vargas driblou meios oficiais do governo, para ter a liberdade que julgava necessária para conduzir sua política externa. Um de seus principais alicerces para a execução de uma “diplomacia dos bastidores”, que garantiria a “invisibilidade”, recomendada por Góes Monteiro, foi Oswaldo Aranha. As crenças de Vargas e Aranha sobre a política internacional foram fundamentais para a execução dessa política.

Vargas estava alarmado com a situação da embaixada brasileira nos EUA e enviou o amigo como futuro embaixador. Contudo, Aranha passou antes pela Itália com a missão de conversar com Benito Mussolini sobre novos acordos comerciais entre Brasil e Itália. O gaúcho ficou alarmado com o clima belicoso e escreveu:

Vou te enviar, Getúlio, as minhas impressões da Europa, através da Itália. A Europa está, meu caro, em estado potencial de guerra. “Os governos estão em um jogo insaciável de combinações secretas. Os governos estão se preparando para o choque e as indústrias bélicas em uma atividade sem precedentes (...) estão como feras arreadas em ofensiva”. Os povos apresentam o mal tempo. A tempestade desenha-se no horizonte. Não é possível prever o dia em que se vai desencadear. A Europa está sob a ação de dois extremos — a guerra que passou e a que virá (Aranha 1934a, 5-7).

Aranha não conseguiu visitar Mussolini, que estava fora de Roma e nem mesmo havia sido avisado de que o brasileiro estava indo visitá-lo. O futuro embaixador ficou furioso, narrando a Vargas que estava estarecido com as condições de péssima representação do Brasil na Itália e que podia afirmar que o mesmo estava acontecendo em outros países da Europa (Aranha 1934b, 1-4).

Ele estava surpreso com a ausência da imagem brasileira: “Na Europa, sobre o Brasil, Getúlio, não há nenhuma notícia! A Argentina manda boletins diários de sua vida” (Aranha 1934a, 3-4). Continuou: “aqui há muita propaganda: A Itália, esta faz a propaganda de fundo destacando a ação e a figura do Duce” (Aranha 1934a, 3-4). Alertou que “quando chegasse o momento trágico”, falando da guerra iminente, o Brasil deveria aproveitar para se mostrar como “refúgio para o trabalho e para o capital”. Então escreveu: “Precisamos iniciar uma campanha mostrando que o Brasil não é como se afirma e crê: a) um país de negros b) um país de doenças c) um país tórrido. As despesas com essa propaganda serão largamente compensadas” (Aranha, 1934a, 4-5).

Mais uma vez, pediu a Vargas urgência na preparação do Brasil: “estamos na antevéspera e grandes acontecimentos”, e completou: “Prepare a ti e ao Brasil faça enfrentar essa reviravolta universal (...) as autoridades, o armamentismo, as ditaduras conduzirão o mundo a uma grande convulsão”. Para ele, a Itália não funcionava mais como um país capitalista, porque esgotava todos seus recursos com sua máquina de guerra, sendo um possível conflito internacional seu grande objetivo. Escreveu: “Luis XIV foi café pequeno (...) a Europa está dominada por grandes loucos.

A Itália, Getúlio, está militarizada da cabeça aos pés (...) é pobre em matéria prima e faz seu povo trabalhar dia e noite” (Aranha 1934b, 7-8).

Em 2 de outubro de 1934, ele assumiu a Embaixada do Brasil em Washington. De lá, denunciou a Vargas que as administrações anteriores eram lentas e desorganizadas, que o embaixador anterior estava informando coisas opostas à realidade ao Itamaraty e não produzia dados. Aranha escreveu surpreso: “aqui não temos arquivos, nem bibliotecas, nem dossiês, a parte econômica está vazia” (Aranha 1934c, 5-6). Já em 1935, Oswaldo Aranha escreveu a Vargas sobre como essa negligência de embaixadas anteriores prejudicou a geopolítica brasileira.

Para ele, os EUA desconfiavam da posição do Brasil quanto à sua fidelidade em uma possível guerra. Relatou que eles estavam alarmados pelo desinteresse do Brasil pela Embaixada ao longo da atuação do embaixador Domício da Gama. Na visão de Aranha, era devido a esse comportamento que os EUA foram se aproximando muito mais da Argentina, que havia, naquele ano, fechado um acordo de missão naval com Washington.

Na carta, respondeu ao principal desejo de Vargas: armar o Brasil com a ajuda dos EUA. O gaúcho respondeu que seria possível, sim, fazer acordos de armas com os EUA, mas “tudo terá que ser feito com discrição, com segredo, com seriedade, porque esta gente trata as coisas com segurança e a menor revelação comprometerá tudo” (Aranha 1935a, 3). A “invisibilidade diplomática” como estratégia era reforçada pela visão do novo embaixador. Havia duas questões que mais importavam para Aranha em termos geopolíticos ao Brasil: 1) como driblar os entraves da Argentina ao Brasil 2) como superar os desafios de um mundo que, para ele, entrava em colapso.

Aranha explicou a Vargas, em nova carta de 1935, que seu grande obstáculo geopolítico para as relações Brasil-EUA era a Argentina, cuja hegemonia sul-americana sempre foi impedida pelo “poder de veto dos EUA”, mas que, devido às crises mundiais e à necessidade de os EUA se aproximarem da América Latina, o “veto à hegemonia argentina” estava para enfraquecer. Era por isso, explicava a Vargas, que precisam agir tanto nos “bastidores” (Aranha 1935b, 10). Como superar o prestígio argentino dentro dos EUA?

Para o embaixador, se o Brasil acertasse as negociações de dívidas e negociassem novos acordos militares com os EUA, evitariam o crescimento do prestígio argentino. Esse acerto, para ele seria “o maior feito da Revolução” (Aranha 1935b, 3). O ideal revolucionário de 1930, via o gaúcho, seria concretizado, em termos de política externa, com a recuperação da hegemonia brasileira na América do Sul, o que seria apenas possível, por meio da parceria com os EUA. O segundo maior obstáculo seria a questão comercial.

Em 1935, Aranha escreveu ao amigo que enxergava uma grande mudança no comércio internacional. Para ele, os mais ricos países do mundo estavam voltando seus olhos para a rápida e

barata exploração de matérias-primas da Ásia e da África em franca substituição às relações comerciais intensas com a América Latina. Assim, ou o Brasil conseguia chamar a atenção desses países ricos ou perderia sua chance história de se “tornar um país forte” (Aranha 1935d).

Ele entendia que a redução mundial do volume internacional de comércio estava apenas começando. Escreveu:

A redução do poder aquisitivo de quase todos os povos, dada a concentração da riqueza em poucos e do estoque de ouro em dois ou três, tornou inatingível esse ideal, salvo uma mova redistribuição das riquezas entre as nações, coisa impossível. As nações europeias começaram a procurar nas suas colônias a solução dos seus problemas, criando uma segunda “Santa Aliança” econômica, mais ameaçadoras que foi a “política” para a nossa independência (Aranha 1934e 3).

Para o embaixador: “a Inglaterra criou uma autarquia colonial com terras em todos os climas e com 500 milhões de súditos. A Itália, dando prova mais evidente dessa nova orientação, quer procurar na Abissínia o algodão, madeira, café e minério” (Aranha 1934e 4). Para ele, os Acordos de Ottawa e as políticas protecionistas que foram desencadeadas pelo isolamento comercial estavam levando o mundo a um clima de guerra inevitável.

De fato, os Acordos de Ottawa, firmados em 1932 durante a Conferência Econômica da Commonwealth, estabeleceram um sistema de preferência imperial entre os países membros do Império Britânico, mediante a adoção de tarifas alfandegárias diferenciadas. Essa política aprofundou o clima de protecionismo econômico iniciado com a Grande Depressão, restringindo o comércio com países fora da Commonwealth. O efeito imediato foi a fragmentação do mercado internacional, aumentando a desconfiança entre as potências (Kindleberger 1973, 208-273). Aranha chamou essa onda de aumentos tarifários, vinda de países ricos, de “nova política colonial” (Aranha 1934e).

A Vargas, afirmou que o Brasil, mesmo tendo grandes riquezas para exportar, não conseguiria vender muito, porque estava sendo “arrastado a uma vida neocolonial” baseada nas dívidas e nas novas tarifas dos ricos (Aranha 1934e).

Era por isso, explicou, que via no comércio entre Brasil e EUA a única via de ação assertiva: “Os Estados Unidos, por sua vez, tomando o mundo o rumo do “comércio colonial” terá que retornar à política de expansão colonial, procurando na América Central terras de produção tropical. Oxalá essa expansão não se torne uma ameaça política para nós” (Aranha 1935d 8). O amigo gaúcho anunciava ao presidente uma nova era:

Ainda agora, o Japão, com menos de 70 milhões de habitantes está ocupando os 400 milhões da China, e os Estados Unidos ocuparam ou compraram tudo compulsoriamente, quase todo o oeste e o Sul, tomando-os ao domínio espanhol ou indo-espanhol. Não tenho dúvidas de que uma mova era de ambições coloniais, determinada por fatores econômicos, mais do que propriamente políticos, vai assenhorar-se dos destinos universais. Só uma guerra poderá alterar o curso desses acontecimentos. Devemos, pois, refletir muito e preparar-nos (Aranha 1934d 8).

Para a execução de uma “revolução comercial” necessária diante desse cenário, Vargas e Aranha compartilhavam da mesma impressão, seria necessário driblar a “diplomacia tradicional”. Em 1934, Vargas escreveu a seu amigo Aranha, explicando que acreditava que a maior obra que poderia fazer para a política externa era restaurar a diplomacia brasileira nos EUA, que, segundo ele, estava abandonada. “Confiemos à inépcia de altas figuras da nossa diplomacia (...) sem a menor eficiência intelectual muito louvadas no Itamaraty, talvez por certas preocupações puramente burocráticas”, por isso escreveu: “estou convencido da necessidade urgente de adaptarmos a nossa diplomacia a um programa moderno, construtor, de expansão comercial e de política econômica (Vargas 1934, 2). Registrou:

É preciso renovar a nossa representação com gente capaz e eficiente, aproveitando nela espíritos cultivados, homens de inteligência pronta, sabedores da nossa história, conhecedores do nosso patriotismo, estudiosos dos nossos problemas e não burocratas passeadores, cômicos de que toda a arte diplomática se resume em falar impecavelmente idiomas (Vargas 1934, 2).

Aranha também compartilhava dessa forte crítica à maneira pela qual os diplomatas brasileiros trabalhavam e a diplomacia brasileira funcionava. Em abril de 1935, escreveu a Vargas que estava conseguindo executar uma completa renovação da dinâmica e estrutura da Embaixada brasileira nos EUA. Em carta do dia 05 de junho, ele disse que, até então, a Embaixada brasileira nos EUA era “estufas de parasitas”, afirmou a Vargas sobre os diplomatas:

é uma casta que vive ao longe, sem ação e sem desejo de agir. Não sua culpa. É uma herança da burocracia internacional e da displicência nacional. Foi útil na nossa formação para delimitar as fronteiras, fazer reconhecer a Independência, prestigiar o Império e pouco mais. O seu conteúdo político, passadas essas épocas, reduziu-se e os nossos diplomatas ficaram num vazio sem ter o que fazer (Aranha 1935d, 3). Afirmou Aranha a Vargas que “diplomacia política precisava ser “a chave para a expansão comercial” (Aranha 1935d, 5).

Em julho de 1935, Aranha enviou as sugestões confidenciais de Franklin Delano Roosevelt propondo uma conferência interamericana para revisar os compromissos de paz. “Não quero tomar essa iniciativa sem conhecer a opinião do Presidente Vargas” (Aranha 1935c, 2), disse o estadunidense. Vargas respondeu que ele mesmo pensou em um modelo mais amplo que o sugerido por Roosevelt, por isso certamente aceitaria o convite, mas, a Aranha, confessou: estava convencido de que “as velhas estruturas da civilização” estava abalada: elencou tudo que o fazia pensar assim:

devemos orientar os nossos destinos para rumos diferentes. A situação política da Europa e da Ásia, o imperialismo agressivo, os nacionalismos econômicos com tendência a se fixarem na autarquia, o acordo de Otawa, que asfixiou o tradicional livre-cambismo da Inglaterra, a colonização da África com o objetivo de dispensar o consumo dos produtos americanos (Aranha 1935c, 3).

Vargas disse que leu a carta de Aranha aos membros do Conselho de Comércio Exterior, porque estava certo de que eram os elementos que estavam mudando o mundo. Por isso o que ele queria que Aranha propusesse a Roosevelt era um “panamericanismo comercial e econômico”, a

criação de meios de transformação do panamericanismo jurídico em panamericanismo comercial. Confessou ao amigo que eram apenas as suas utopias, mas que já surtiavam efeitos na política nacional (Aranha 1935c, 2). Apesar de saber serem ideias difíceis de se concretizar, divulgava as premissas de uma união comercial e econômica entre os países americanos nos seus discursos, como fizeram em Buenos Aires e no Congresso Médico Panamericano, explicou (Aranha 1935c, 4).

Vargas terminou a carta muito preocupado: “uma tempestade se avizinha e nem todos estão percebendo” (Aranha 1935c, 6). Em agosto de 1935, voltou a enfatizar com Aranha que seu grande projeto pessoal para as calamidades que estava prevendo era a formação “de um bloco dos países americanos, como medida de ação política para defender interesses comuns” (Vargas 1935d). Se mostrou muito preocupado com “a pressão do nacionalismo econômico, a política de bastar-se e de não comprar aos outros” (Vargas 1935d, 3). Explicou: “Contamos para o pagamento das nossas dívidas externas apenas com os saldos da balança comercial. Se estes continuarem a cair, apresentar-se-á uma situação de fato que nos obrigará a desatender o cumprimento dos nossos compromissos no estrangeiro” (Vargas 1935d, 3).

Aqui surgia um ponto de forte de inflexão entre os dois: como medida nacionalista e de defesa, Vargas planejava preparar o país para declarar moratória, suspender o pagamento de dívidas, Aranha dizia que “a suspensão do pagamento das dívidas” seria “o fim de tudo”, de todo o esforço de conquistar prestígio ao Brasil. Entendia que era uma medida popular, mas que arrancaria do Brasil a confiança conquistada. Enquanto o embaixador via que a única saída era conquistar a confiança com negociações da dívida, Vargas entendia que medidas nacionalistas fortes de suspensão levariam a negociações melhores depois, ao se mostrar força. Os amigos não se entenderam sobre esse ponto, que permaneceu inconcluso. Cuidar do exterior, para Vargas era, se necessário, mostrar força, para Aranha havia apenas a via da conquista pelo prestígio (Vargas 1935d, 17-18).

Das ideias às ações

Oswaldo Aranha iniciou um processo de compra de *destroyers*, munições e equipamentos para o Brasil nos EUA em 1935 (Aranha 1936a), mas, quando o acordo quase foi fechado, os EUA desistiram da venda. Vargas ficou muito frustrado, porque havia suspenso negociações que já estavam ocorrendo com Itália e Alemanha, para dar preferência aos EUA.

Aranha garantiu a Vargas que a desistência ocorreu porque o ministro das Relações Exteriores, Macedo Soares, ao buscar protagonismo no processo, circundando a figura de Aranha e de Vargas, acabou dando publicidade demais ao que vinha sendo feito de maneira velada. Então,

Argentina protestou sobre o processo, se dizendo ameaçada e os EUA preferiram desistir (Aranha 1936b). Foi exatamente a falta de “invisibilidade” às negociações que impediu o processo.

Depois, desse episódio, se Aranha e Vargas já combinavam uma série de decisões circundado o ministro das Relações Exteriores, passaram a combinar de driblar o Itamaraty sistematicamente nos assuntos mais sensíveis, sobretudo, aqueles sobre armas. Em 1936, de maneira secreta, os EUA estavam oferecendo o arrendamento de seis *destroyers*, e Aranha reforçou junto ao amigo: “nada faça pelo Itamaraty” (Aranha 1936 c, 6).

Além de passarem a negociar sem a ciência do Itamaraty, Vargas e Aranha atuaram juntos de maneira confidencial, usando a imprensa nos EUA a favor do Brasil. Em 1937, quando, novamente, a Argentina buscava frustrar novas compras de navios de guerra que o Brasil fazia dos EUA, os dois amigos fizeram publicar notícias coordenadas na imprensa de Washington sobre as vantagens de acordos militares entre Brasil e EUA. Segundo Aranha, em suas cartas a Vargas, essa ação foi fundamental, pois pressionou os negociadores dos EUA a fecharem logo os acordos e, naquele ano, finalmente, o Brasil fechou acordos não de compra, mas de arrendamento de navios de guerra dos EUA (Documento 1937).

Em outros episódios a ação coordenada e confidencial de Vargas e Aranha foi fundamental: em maio de 1935, por exemplo, Aranha alertou Vargas de que os acordos compensados com a Itália, ou seja, a troca de produtos brasileiros por produtos italianos não apenas estava sendo benéfica para o lado brasileiro, bem como estava levando Vargas a ser associado demais à imagem de Mussolini nos EUA. A reação e resposta de Vargas foram rápidas.

O presidente escreveu que Brasil estava mesmo saindo prejudicado, a Itália, disse Vargas “compra-nos algodão e café em marcos bloqueados, oferecendo ágio e revende-os, depois, a outros países, recebendo em pagamento moeda de curso internacional. Logo que soube disso, determinei providências para que cessassem semelhantes transações” (Vargas 1935). Ou seja, graças à ação coordenada e não oficial entre os dois, Vargas construía uma política externa que dependia bastante do que acontecia nos “bastidores”.

Um outro exemplo, é que, na mesma carta, Vargas responde a Aranha sobre suas provocações quanto à necessidade de se organizar o serviço internacional de propaganda: “Estou organizando o serviço de propaganda e turismo, utilizando o rádio, o cinema e outros meios de publicidade” (Vargas 1935, 8).

As relações entre as crenças e as ações nos “bastidores da diplomacia” entre Vargas e Aranha constituem, portanto, um ângulo fundamental para se compreender os rumos da política externa brasileira. Não obstante, o eixo Vargas-Aranha não foi o único.

Episódios da “diplomacia dos bastidores”

Paulo Silveira

Para o amigo gaúcho de Vargas, a Itália era um lugar sombrio e perigoso, do qual Vargas devia se inspirar apenas em sua máquina de propaganda, mas não era isso que outro informante aconselhava.

O diplomata mineiro, tio do político Virgílio de Melo Franco, Paulo Silveira escreveu da Itália, de onde Vargas o pediu para investigar, a partir de 1934. Silveira disse que estava trabalhando na biografia de Vargas que o próprio presidente o pediu, livro que serviria de divulgação sobre o Brasil e a figura de seu líder na Itália, e elogiou o governo de Mussolini. Também disse que reportaria sobre o cenário europeu como combinado, segundo ele, Oswaldo Aranha nos EUA era decisão acertada de Vargas, para colocar em execução os “ideias da Revolução”, referindo-se à “Revolução de 1930” (Silveira 1934a).

Silveira atuava como diplomata na França e fora, segundo ele, o próprio Vargas que o transferiu para a Itália, onde deveria descrever ao presidente sobre Mussolini e sua política. Registrou: “Saí da confusão parlamentar da França para entrar no templo claro e linear da Itália. A vontade latina do Duce acabou com o complicado labirinto da velha política italiana” (Silveira 1934b 2-3). Narrou: “o dogma romântico do contrato social de Rousseau (...) foi substituído pela férrea doutrina do fascismo que põe o Estado acima do indivíduo aparafusando-o na poderosa máquina do governo” (Silveira 1934b, 3). Disse a Vargas que a Itália era a frente de combate ao comunismo na Europa, porque eliminou “posições liberais, democráticas e a impertinência liberal”, que seriam, segundo ele, a chave que o comunismo usava para invadir os países (Silveira 1934b, 4).

É interessante que, para Silveira, Mussolini também era a única chance de uma ditadura latina vencer a ditadura alemã, pois Hitler era o grande perigo do mundo, junto ao comunismo:

Hitler é o açougueiro wagneriano do macabro carnaval de sangue da Baviera (...) Hitler é um explosivo perigoso que a intransigência do Quai d'Orsay está comprimindo no buraco do Tratado de Versalhes. Se o velho literato Barthou continuar com a sua política antipática de negar pão e água à Alemanha a guerra do desespero vem aí para destruir o templo da paz mundial. A URSS, tentou ser "o velho cordeirinho da paz" com medo do Japão "entrando na desmoralizadíssima Sociedade das Nações (Silveira 1934b, 4).

O “Barthou” a que se refere era Louis Barthou, Ministro das Relações Exteriores da França, cargo que assumiu em fevereiro daquele ano no governo de Gaston Doumergue. Ele teve papel de destaque na diplomacia europeia no período entre-guerras, especialmente nas negociações para reintegrar a União Soviética à Liga das Nações. Para Silveira, a Liga das Nações era o grande problema geopolítico de seu tempo: permitia o espalhamento do comunismo ao integrar a União

Soviética às relações internacionais e, ao mesmo tempo, impedia a integração da Alemanha, provocando a postura de confronto (Silveira 1934b, 4).

Recomendava Vargas distanciar o Brasil da Liga das Nações, pois: "Eu que conheço muito bem a topografia psicológica da Liga das Nações, pois lá estive durante dois anos, sei que aquele laboratório de intrigas internacionais está preparando cuidadosamente a próxima guerra" (Silveira 1934b 4). Para ele, a política externa de Vargas era revolucionária, porque enfraquecia as ligações entre Brasil e a Sociedade das Nações. Dizia que o projeto de Afrânio de Melo Franco de fazer do Brasil um membro permanente na Liga tinha um terrível erro geopolítico: colocava todos os países vizinhos do Brasil como antagonistas, ao querer colocar o Brasil como representante único das nações latino-americanas no órgão. Descreveu o problema: "se o Brasil entrasse para o Conselho como membro permanente estava implicitamente reconhecida pelas grandes potências a nossa hegemonia na América do Sul" (Silveira 1934b, 4). Segundo Paulo Silveira, foi o seu relatório ao então governo de Arthur Bernardes que, ao demonstrar os riscos geopolíticos para o Brasil na América do Sul, convenceu o então presidente a retirar o Brasil da Sociedade (Silveira 1934b, 5).

Para Silveira, a fraqueza da França seria o ponto de inflexão da guerra: "a França da liberdade sente-se cercada de nações robustas, fortalecidas por um regime político totalitário que as funde num bloco só de energias dominadas por uma só vontade (...) a França não poderá resistir a um próximo e matemático ataque da Alemanha" (Silveira 1934b, 7).

Em 1938, já no Estado Novo, Paulo Silveira fez publicar o terceiro capítulo sobre a biografia de Vargas, capítulos que eram publicados e divulgados aos poucos na imprensa italiana (Carrazzoni 1938, 3), sua atuação demonstra como Getúlio Vargas desenvolveu sua propaganda personalizada e personalista para além dos mecanismos oficiais do governo.

Herculino Cascardo e Luís Simões Lopes

Entre os informantes do presidente, é possível notar o quanto as questões geopolíticas estiveram entrelaçadas às comerciais. Em 1934, foi criado o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), pelo Decreto nº 24.429 de 20 de junho de 1934, o órgão presidido pelo próprio Chefe do Governo em uma tentativa de impulsionar o comércio internacional do Brasil. Enquanto medidas oficiais eram tomadas, Vargas prosseguia com sua "diplomacia dos bastidores".

Ele combinou, com Herculino Cascardo, uma missão secreta na União Soviética. O objetivo era sondar as possibilidades de se reatar as relações comerciais entre o Brasil e o bloco soviético, para incrementar o comércio brasileiro. Cascardo havia participado do movimento tenentista em São Paulo quando ainda era militar da Marinha. Após ter sido preso, foi ao Rio Grande do Sul e auxiliou os rebeldes ligados à Aliança Liberal que lutaram pela queda de Washington Luís.

No Governo Provisório, integrou o Clube 3 outubro, cúpula de militares que buscavam coordenar as ações do governo e, logo depois, foi interventor federal no Rio Grande do Norte. Em 1934, estava em um curso de aperfeiçoamento da Marinha, na Inglaterra, quando executou sua missão secreta. Hercolino disse ter enviado um telegrama para felicitar o presidente pela eleição, mas enviava a referida carta ao “amigo revolucionário”. Disse, escrevendo de Londres:

Como revolucionário e amigo das horas incertas, fica-me a tristeza de vê-lo definitivamente perdido para a causa que defendíamos. Se a constituição foi a vala comum de todas as nossas aspirações, a organização do Ministério e a volta à política dos grandes Estados encerram sob forma irrisória o ciclo de nossas reivindicações. Deixemos a Revolução. Ela está morta e qualquer tentativa de ressuscitá-la deve ser forçosamente recebida com desconfianças dentro do regime legal (Cascardo 1934).

Concomitante à missão de Cascardo, Vargas conduziu importantes investigações na Europa junto a Luís Simões Lopes. Luís Simões Lopes nasceu em um ambiente marcado por fortes vínculos com a elite imperial brasileira. Sua trajetória familiar remonta ao seu avô, João Simões Lopes, que recebeu o título de Visconde da Graça e exerceu o cargo de presidente da província do Rio Grande do Sul no ano de 1871. Seu pai, Ildefonso Simões Lopes, também ocupou posições de destaque: atuou como Ministro da Agricultura entre os anos de 1919 e 1922 e, posteriormente, como deputado federal durante o período de 1922 a 1930.

Influenciado por essa tradição política familiar, Luís Simões Lopes iniciou sua atuação na administração pública integrando o quadro do Ministério da Agricultura. Atuou como secretário da Aliança Liberal e compartilhava, junto a Vargas, Aranha e outros o sentimento de que fazia o Rio Grande do Sul chegar ao poder, por meio da “Revolução de 1930”. Vargas confiava em Lopes e o enviou a missões secretas na Europa.

Ele investigou o mercado de carnes brasileiras na Inglaterra (Lopes 1934a), na Itália e França (Lopes 1934b), para onde Vargas gostaria de incrementar as vendas, tudo de maneira informal. A intenção era acelerar negociações, criar contatos e deixar quadros de negociações prontos para, depois, oficializar o trabalho. Avesso aos métodos tradicionais da diplomacia, Vargas preferia homens de confiança e a invisibilidade. Lopes criou contatos com grandes compradores de carne na Inglaterra e afinou pontos junto a Vargas (Lopes 1934a).

Também executou missões na Alemanha: Vargas o pediu para tudo relatar sobre os detalhes da máquina de propaganda nazista. O informante escreveu: “Em Berlim, estou tomando informações sobre o sistema da propaganda, fiquei oito dias colhendo notas principalmente da moderna legislação alemã sobre o trabalho, a propaganda” (Lopes 1934c, 1-2).

Segundo Lopes, as ideia-força que motivavam a máquina de propaganda nazista era a teoria judaico-comunista, ou seja, de que o comunismo era uma faceta do judaísmo para dominar o mundo: “calcula-se que ainda tenha 12 ou 13 milhões de cidadãos simpáticos ao comunismo, que

os alemães consideram obra exclusiva dos judeus (Marx, Trotsky, Stálin etc. são judeus) em premeditada destruição geral de tudo para que eles, judeus, se apossam, de fato, do mundo (Lopes 1934c, p.2). Lopes disse ter tido dificuldade de compreender como exatamente o judaísmo estaria por trás do comunismo, mas essa era a teoria mais forte entre os alemães, que viam nos planos tanto de judeus, quanto de comunistas, uma expressão do liberalismo econômico.

O informante recomendou a Vargas que se copiasse a máquina de propaganda nazista e o sistema de administração pública no Brasil, devido à eficiência que ele pôde vislumbrar. O informante estava fascinado com o sucesso econômico e com a felicidade dos trabalhadores: “Sobre o problema dos sem trabalho, há medidas na lei interessantíssimas visando a aumentar as compras, dando mais trabalho. Quem compra um automóvel e mostra o recibo se exime de pagar parte dos impostos sobre a renda” (Lopes 1934 5-6).

Lopes concluiu que o desemprego atingia 5 milhões antes de Hitler e o número havia sido reduzido a menos de 3 milhões. Relatou: “Os “dacinings” e cinema, antes frequentados pela elite estão repletos de povo, que vive satisfeito e distraído, esquecido da política, mal se recordam da matança do último movimento que abalou profundamente a Alemanha” (Lopes 1934), disse referindo-se à Primeira Guerra.

Por fim, em 1936, ele foi reenviado à Europa. Rosalina Coelho Lisboa, outra informante de confiança de Vargas elogiou a decisão (Lisboa 1936), visto que sabia que a viagem era para uma missão secreta importante: colher todos os dados possíveis sobre o funcionamento da máquina de propaganda italiana. Lopes, na Itália, passou a relatar suas impressões sobre o Instituto Poligráfico do Estado, entidade incumbida de produzir e supervisionar os materiais de propaganda vinculados ao regime fascista.

Luís Simões Lopes demonstrou grande admiração pela estrutura administrativa e pela atuação eficiente dos servidores ligados ao instituto. Entre as observações feitas, destacou, como um fator relevante, o fato de que o Instituto não contava com servidores públicos fixos, preferindo contratar e dispensar seus trabalhadores conforme a necessidade. De acordo com seu relato, a instituição “já emprega mais de 4.000 funcionários” e constituía “a organização mais extraordinária que se pode imaginar” (Lopes 1936, 3). Ele ainda recomendou que, antes de se promover qualquer reforma na imprensa nacional, seria fundamental estudar atentamente o funcionamento desse instituto (Lopes 1936, 3-4).

Reflexões finais

Para Paulo Silveira, a Liga das Nações era apenas um aparato usado pela França para isolar a Alemanha, e pela União Soviética para espalhar o comunismo. Apenas Mussolini seria capaz de

deter Hitler, e Vargas, para honrar os ideais da “Revolução de 1930”, precisaria encontrar uma maneira de instalar a ditadura no Brasil, seria essa a única alternativa ao país para permitir que o Brasil reagisse aos desafios daquele tempo.

Luís Simões Lopes levou sua experiência com o funcionalismo público na Itália e Alemanha, afinal tornou-se, em 1938, o primeiro presidente do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público). Admirou a máquina nazista e fascista de fazer propaganda, escolheu o sistema fascista como o mais apropriado ao Brasil e passou das ideias às ações.

Para Oswaldo Aranha, o Brasil deveria apoiar sua estratégia geopolítica junto aos EUA, como única maneira possível de reagir a uma guerra mundial iminente e ao colapso do sistema comercial internacional. Getúlio Vargas também se mostrava impactado por esse colapso, compartilhava das crenças de Aranha e apostava que a melhor revolução externa para o Brasil era a comercial, contudo, sem renunciar a um nacionalismo forte e disposto a romper com o exterior. Vargas e Aranha corroboravam com a interpretação alarmista de Hasslocher e Bouças, para eles, uma guerra internacional era inevitável e o Brasil apenas poderia reagir com um mínimo de eficiência se apostasse em uma ditadura. Isso tudo ainda entre 1933 e 1934.

Analisar esse quadro de crenças e ações baseadas nessas crenças nos permite romper com limites entre a política externa e interna. A instalação do Estado Novo e o apoio que recebeu precisa, por exemplo ser contemplada pelas crenças que Vargas e seus informantes já nutriam sobre como o mundo de seu tempo funcionava desde, pelo menos 1933. Não se trata de dizer que eram crenças “certas ou erradas”, mas de compreender como eles fizeram uso dessas ideias para fundamentar ações, por exemplo: é partindo dessas preocupações que fica mais compreensível enxergar o movimento da “diplomacia dos bastidores” de Vargas, para ele, era urgente se afastar de uma “diplomacia tradicional” e ultrapassada e, enquanto não conseguia reformar seus quadros, conduzia negociações e investigações paralelas aos aparelhos oficiais de governo.

Sobre a História Transnacional, Ian Tyrrel afirma: “A história transnacional objetivou (...) explicar a nação em termos de suas influências entrecruzadas” (2007), a História Transnacional preocupa-se com trocas dialéticas, ou seja, não há apenas uma nação influenciando as outras, há trocas dialéticas de visões de mundo. A elite do governo Vargas não sofreu influência, de maneira passiva, do contexto em que se inseria. Então como o nacional reagiu ao internacional? Como os impactos de um mundo que passava pelos efeitos da Crise de 1929, por ondas de protecionismo e novos avanços territoriais do imperialismo foram lidos pelo presidente e seus informantes?

Aranha, Vargas e muitos de seus informantes tinha participado diretamente nos eventos que os fizeram estar no poder, a “Revolução de 1930”, essa memória comum gerava entre o grupo uma necessidade de “mudanças estruturais”, afinal, é isso que fazem as revoluções. Fazer a

revolução era um valor comum entre essa elite. Observando suas trocas sobre as relações internacionais daquele tempo, é possível concluir que uma das importantes chaves de leitura que adotaram sobre os eventos internacionais fora a perspectiva de que precisavam realizar a revolução também na política externa.

Os revolucionários sentiam-se parte de um mesmo projeto e a revolução na política externa seria, principalmente, pela via comercial, afinal até mesmo a possibilidade de reatar relações entre Brasil e União Soviética foi aventada em nome da expansão comercial, como vimos com a missão de Hercolino Cascardo. Vargas e sua elite de informantes viam um mundo prestes a entrar em guerra, sentiam-se correndo contra o tempo, e esse conjunto de crenças passa a ser instrumento analítico importante para compreender o próprio processo da formulação da política externa brasileira para o período.

Referências bibliográficas

Buchanan, Andrew, e Ruth Lawlor. “Latin America, the Good Neighbor, and the Global Second World War”. *Antíteses*, 17, n. 34 (2024): 22-50.

Conrad, Sebastian. “Abordagens Concorrentes”. Em *O que é a História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019.

Dahl, Robert Alan. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2022.

Danese, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. 2ª ed. rev. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2017.

Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

Ferraz, Francisco Cesar Alves, e Vinícius Mariano De Carvalho. “Uma historiografia em crescimento: os estudos sobre Brasil e América latina na Segunda Guerra Mundial.” *Antíteses*, v. 17, n. 34 (2024): 13-21.

Kindleberger, Charles P. *The World in Depression, 1929–1939*. Berkeley: University of California Press, 1973.

Mills, C. Wright. “The power elite”. Em *Social Stratification, Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*, Second Edition, 170-178. Routledge, 2019.

Morales, Fábio, e Uiran Gebara da Silva. “História Antiga e História Global: afluentes e confluências”. *Revista Brasileira de História*, 40, n. 83 (2020): 125-150.

Subrahmanyam, Sanjay. “Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013”. *Estudos Históricos*, 30, n. 60 (2017): 219-240.

Tyrrel, Ian. “What Is Transnational History?” *Australian Journal of Politics and History*, 52, n. 3 (2007): 447–463.

Weinstein, Barbara. “Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14 (2013): 13-29.

Fontes consultadas

Aranha, Oswaldo Euclides de Sousa. 1930. “Telegrama a Getúlio Vargas”. 22 de outubro. Informa sobre a organização das tropas revolucionárias no Rio Grande do Sul e a compra de material bélico na Argentina. CPDOC/FGV, Arquivo de Getúlio Vargas, GV c 1930.10.22/4.

Aranha, Oswaldo. 1935b. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 6 de março. Defende uma maior aproximação econômica, política e militar entre o Brasil e os Estados Unidos diante da conjuntura internacional. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVII/52, GV c 1935.03.06/1.

Aranha, Oswaldo. 1935c. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 9 de abril. Informa que o governo americano concordou com o pagamento gradual das dívidas atrasadas e aguarda dados sobre o acordo com a Inglaterra. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVIII/18, GV c 1935.04.09/1.

Aranha, Oswaldo. 1935c. “Telegrama a Getúlio Vargas”. Washington, 20 de julho. Transmite sugestão de Franklin Roosevelt para realização de uma conferência interamericana com o objetivo de revisar os acordos de paz entre os países. Anexo: resposta de Getúlio Vargas, apoiando a proposta e sugerindo a formação de um bloco continental para defesa da paz e solução de problemas internos do continente. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XIX/11 e 13, GV c 1935.07.20.

Aranha, Oswaldo. 1935d. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 4 de junho. Comunica a realização da próxima “Convenção do Café” em Chicago e ressalta a importância da participação brasileira para a defesa dos seus interesses. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVIII/69, GV c 1935.06.04.

Aranha, Oswaldo. 1936a. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 30 de março. Comenta a chegada de Darci Vargas aos Estados Unidos, a conferência do Pacto Interamericano de Segurança Coletiva em Buenos Aires e o movimento nos estados do Norte em torno de seu nome para a sucessão presidencial. Informa também sobre o escritório comercial em Nova York e a compra de navios aos Estados Unidos. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XXI/82, GV c 1936.03.30.

Aranha, Oswaldo. “Carta a Getúlio Vargas”, 1º de setembro de 1934a, a bordo do *Augustus*, acervo CPDOC, GV c 1934.09.01/1, Vol. XVI/1.

Aranha, Oswaldo. “Carta a Getúlio Vargas”. A bordo do *Rex*, 5 de setembro de 1934b. Acervo CPDOC. GV c 1934.09.05, Vol. XVI/7.

Aranha, Oswaldo. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 25 de setembro de 1934c. Acervo CPDOC. GV c 1934.09.25, Vol. XVI/23.

Aranha, Oswaldo. 1936c. “Carta a Getúlio Vargas”. Washington, 19 de julho. Trata da colaboração americana ao Programa Naval Brasileiro e confirma a possibilidade de arrendamento, por seis meses, de destroyers ao Brasil. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XXIII/27, 29a, 29b, 30, 32a, 32b, 38, GV c 1936.07.19.

Bouças, Valentim Fernandes. “Carta a Getúlio Vargas”. Nova York, 8 de março de 1933. Acervo CPDOC. GV c 1933.03.08/1, Vol. X/62.

Carrazoni, André. “Carta a Getúlio Vargas”. Com anexo de Paulo Silveira, 3º capítulo de livro sobre Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1938. Acervo CPDOC. GV c 1938.04.02, Vol. XXIX/43.

Cascardo, Hercolino. “Carta a Getúlio Vargas”. Londres, 24 de agosto de 1934. Acervo CPDOC. GV c 1934.08.24, Vol. XV/82.

Collor, Lindolfo. 1930. “Telegrama a Oswaldo Aranha”. 16 de outubro. Informa sobre a disposição do chefe do Estado-Maior argentino em auxiliar a revolução. CPDOC/FGV, Arquivo de Getúlio Vargas, GV c 1930.10.22/3.

Documento. 1937. “Documentos sobre o adiamento da autorização do Governo americano relativo ao arrendamento do Brasil, em virtude de protesto do Governo da Argentina”. Inclui nota de Saavedra Lamas justificando a objeção argentina ao arrendamento; referência à publicação de nota conjunta dos governos brasileiro e americano; e nota do governo chileno opinando sobre a questão. Rio de Janeiro; Washington, 13 de agosto. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XXVII/4, 5a, 5b, 5c, 6a, 6b, 6c, 7a, 7b, 8, 9a, 9b, 9c, 9d, 10, 13, 14a, 14b, 14c, 17a, 17b, 17c, GV c 1937.08.13.

Fundação Getulio Vargas (FGV), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). “Cascardo, Herculino”. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, n.d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASCARDO,%20Herculino.pdf>. Acesso em 19 abr. 2025.

Fundação Getulio Vargas (FGV), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). “Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: verbetes da letra H”. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, n.d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/1%20Verbetes%20letra%20H.pdf>. Acesso em 19 abr. 2025.

Hasslocher, Paulo Germano. “Carta a Getúlio Vargas”. Nova Iorque, 1º de novembro de 1932. Acervo CPDOC. GV c 1932.11.01/3, Vol. IX/20.

Hasslocher, Paulo Germano. “Carta a Getúlio Vargas”. Nova York, 7 de março de 1933. Acervo CPDOC. GV c 1933.03.07.

Hasslocher, Paulo Germano. “Carta a Getúlio Vargas”. Panamá, 6 de junho de 1945. Acervo CPDOC. GV c 1945.06.14.

Lisboa, Rasalina Coelho. 1936. “Carta a Getúlio Vargas”. Buenos Aires, setembro. 6 fls. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XXIII/84, GV c 1936.09.00/2.

Lopes, Simões. 1934a. “Carta a Getúlio Vargas”. Londres, 27 de setembro. Envia impressões sobre a cidade e comenta as possibilidades de expansão comercial do Brasil na Europa. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVI/24, GV c 1934.09.27/1.

Lopes, Simões. 1934b. “Carta a Getúlio Vargas”. Paris, 9 de outubro. Informa ter sido procurado pelo representante da Companhia Weddel para tratar das dificuldades no comércio de carnes brasileiras com a França e a Itália. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVI/30, GV c 1934.10.09/3.

Lopes, Simões. 1934c. “Carta a Getúlio Vargas”. Londres, 22 de setembro. Relata visita a Berlim, elogia a organização do governo nacional-socialista, especialmente o Ministério da Propaganda, e sugere a criação de órgão similar no Brasil. Comenta ainda a ausência de Silvio Romero no posto de Conselheiro Comercial em Varsóvia e sua má reputação em Berlim. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVI/20, GV c 1934.09.22.

Lopes, Simões. 1936. “Carta a Getúlio Vargas”. Roma, 23 de dezembro. Trata da importância do comércio de café com a Itália e sugere a reorganização da Imprensa Nacional nos moldes do Instituto Poligrafico dello Stato. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. 98b, GV c 1936.12.23.

Monteiro, Pedro Aurélio de Góes. 1934. “Carta a Getúlio Vargas”. Rio de Janeiro, 4 de janeiro. Critica a formação liberal da Assembleia Constituinte, o caráter regionalista da política brasileira e

defende a criação de um partido centralizador. Menciona a proximidade de um novo confronto mundial e anexa sugestões para uma política de guerra. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XIV/16, GV c 1934.01.04.

Monteiro, Pedro Aurélio de Góes. “Carta a Getúlio Vargas”. 4 de janeiro de 1934. Acervo CPDOC. GV c 1934.01.04, Vol. XIV/16.

Ribeiro, Orlando Leite. 1933. “Correspondência a Getúlio Vargas e David Alvisteguil”. Rio de Janeiro; Buenos Aires, 7 de novembro. Trata do conflito entre Paraguai e Bolívia na região do Chaco, abordando a mediação proposta pelos governos do Brasil e da Argentina. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XIII/25, 26, 32, 35, 36, 39, 40, 47, 48, 49, GV c 1933.11.07.

Silveira, Paulo. “Carta a Getúlio Vargas”. Florença, 21 de setembro de 1934a. Acervo CPDOC. GV c 1934.09.21, Vol. XVI/19.

Vargas, Getúlio. 1934. “Carta a Oswaldo Aranha”. 16 de outubro. CPDOC/FGV, Fundo Oswaldo Aranha, OA340302.

Vargas, Getúlio. 1934. “Cartas a Getúlio Vargas sobre as conversações para cessação das hostilidades na região do Chaco”. Rio de Janeiro, 8 de dezembro. Inclui a aceitação do governo boliviano da interferência do Brasil e notícias sobre possíveis consequências da guerra do Paraguai. 11 fls. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVI/70, 69 e 80, GV c 1934.12.08/1.

Vargas, Getúlio. 1935a. “Carta a Oswaldo Aranha”. Rio de Janeiro, 10 de maio. Elogia a atuação de Aranha na Embaixada; sugere maior reserva nas informações fornecidas aos correspondentes de jornais, especialmente no tocante à política interna brasileira; e comunica a saída de Góes Monteiro do Ministério da Guerra. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XVIII/62, GV c 1935.05.10/1.

Vargas, Getúlio. 1935b. “Carta a Oswaldo Aranha”. Rio de Janeiro, 3 de julho. Felicita Aranha pela organização do “bureau” técnico de propaganda e informações comerciais na Embaixada brasileira; informa sobre o trabalho de esclarecimento da opinião pública quanto ao tratado comercial com os Estados Unidos. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XIX/2, GV c 1935.07.03/1.

Vargas, Getúlio. 1935d. “Carta a Oswaldo Aranha”. Rio de Janeiro, 13 de agosto. Comenta a crise econômica mundial e seus reflexos no comércio brasileiro; propõe solução para o pagamento da dívida externa e solicita a opinião de Aranha sobre o local de instalação do bureau comercial do Brasil nos Estados Unidos. Anexo: resposta de Oswaldo Aranha sugerindo Washington como sede do bureau e opinando sobre a dívida. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XIX/26 e 36, GV c 1935.08.13.

Vargas, Getúlio. 1936c. “Carta a Oswaldo Aranha”. Rio de Janeiro, 28 de maio. Informa ter recomendado ao Ministro das Relações Exteriores maior reserva quanto aos assuntos tratados com a Embaixada em Washington e comenta as manifestações comunistas contra o governo brasileiro devido à prisão de Prestes. CPDOC/FGV, Fundo Getúlio Vargas, Vol. XXII/55, GV c 1936.05.28.

Vargas, Getúlio. “Discurso”. 15 de julho de 1934. Acervo CPDOC. GV c 1934.07.15/2.

Recebido: 19 de abril de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025